Brasília, 26 de outubro de 2026

Seleção

Sumário

Terra - Notícias

Domingo, 25 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
CropLife defende segurança jurídica e estímulo à inovação após reeleição de Lula 3

Exame.com

Domingo, 25 de outubro de 2026 | Patentes
O que o Brasil deve fazer para se tornar potência no mercado de cannabis medicinal… 4

CropLife defende segurança jurídica e estímulo à inovação após reeleição de Lula

A CropLife Brasil, associação que representa empresas dos setores de sementes e mudas, biotecnologia, defensivos químicos e bioinsumos, defendeu o fortalecimento da segurança jurídica, a modernização da infraestrutura produtiva e o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios como condições para ampliar a competitividade da agricultura brasileira no próximo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito neste domingo. Em nota de posicionamento, a entidade também destacou a importância de um ambiente de negócios favorável à atração de investimentos e ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor.

A associação ressaltou a necessidade de garantir condições para a continuidade dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Segundo a CropLife, a trajetória do Brasil na produção mundial de alimentos é resultado de décadas de aportes em ciência e inovação, e sua continuidade depende de um ambiente que estimule novos investimentos e amplie o acesso dos produtores rurais às tecnologias. A entidade destacou a importância de fortalecer a presença brasileira em um mercado global cada vez mais exigente.

A CropLife também defendeu que a regulamentação do setor seja baseada em critérios científicos, transparência e estabilidade normativa. A associação considera fundamental o fortalecimento de mecanismos de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à proteção da **propriedade intelectual**.

No comércio internacional, a entidade avalia que a cooperação técnica e a convergência regulatória com parceiros estratégicos são essenciais para ampliar o acesso a mercados e facilitar a adoção de inovações no campo.

Ao cumprimentar Lula pela reeleição, a associação reafirmou seu compromisso com o diálogo institucional e com a construção de uma agenda voltada ao desenvolvimento sustentável, à inovação e à competitividade da agricultura brasileira. A entidade defendeu a criação de condições estruturais para impulsionar a produtividade e ampliar a inserção internacional do setor.

Representante de 53 empresas, a CropLife ressaltou a complementaridade das tecnologias de sementes e mudas, biotecnologia, defensivos químicos e bioinsumos para enfrentar os desafios da agricultura tropical. Segundo a entidade, essas soluções são importantes para ampliar a resiliência dos sistemas produtivos, impulsionar ganhos de produtividade e contribuir para a segurança alimentar nacional e global.

A associação afirmou que pretende contribuir tecnicamente com o novo governo, o Congresso Nacional e as demais instituições públicas. O objetivo, conforme a nota, é colaborar para a construção de uma agenda que estimule a inovação, amplie as oportunidades de negócios e fortaleça o protagonismo brasileiro no cenário internacional. A entidade defendeu um ambiente favorável à inovação para consolidar o País não apenas como produtor de alimentos, mas também como desenvolvedor e exportador de tecnologias agrícolas.

"A continuidade dessa trajetória depende de um ambiente que estimule novos investimentos, amplie o acesso dos produtores às tecnologias e fortaleça a presença brasileira em um mercado global cada vez mais exigente", afirmou a CropLife Brasil, na nota.

O que o Brasil deve fazer para se tornar potência no mercado de cannabis medicinal?



Novas regras da **Anvisa** abrem espaço para produção nacional, mas financiamento e pesquisa serão decisivos para o setor

RESUMO +

Em 2026, a **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (**Anvisa**) autorizou o cultivo controlado de cannabis para fins medicinais, farmacêuticos e científicos. Segundo a consultoria Kaya Mind, o mercado brasileiro de cannabis medicinal pode movimentar R$ 1 bilhão em 2026 e mais de R$ 9,5 bilhões até 2030. O avanço depende também de pesquisa, financiamento e incentivos à inovação.

Por Laís Leoncini*

Em 2026, a **Anvisa** (**Agência Nacional de Vigilância Sanitária**) aprovou novas regras que autorizam o cultivo controlado de cannabis para fins medicinais, farmacêuticos e de pesquisas científicas.

Essa regulamentação é um marco histórico para o setor no país, que tem potencial de movimentar R$ 1 bilhão ainda em 2026 e mais de R$ 9,5 bilhões até 2030, de acordo com a consultoria especializada Kaya Mind.

Seguindo uma tendência internacional de crescimento impulsionado pela legalização em mais países, novos estudos médicos e busca por terapias alternativas, esse mercado se apresenta como promissor para os próximos anos.

Mesmo antes da nova regulação, mais de 870 mil brasileiros já utilizavam produtos à base de cannabis em 2025, 30% a mais do que em 2024, como aponta o Anuário da Cannabis Medicinal 2025.

As novas regulamentações reclassificam a cannabis de tarja preta a vermelha e flexibilizam seu uso medicinal, ampliando o acesso para tratamento de doenças debilitantes.

Além disso, a **Anvisa** liberou a exportação de insumos farmacêuticos ativos (IFA) produzidos no Brasil para fabricantes de outros países, o que pode reduzir os preços do produto final ao consumidor.

Por isso, a discussão sobre cannabis medicinal no Brasil, além das questões de saúde, compreende aspectos como competência local industrial, autonomia tecnológica e de soberania nacional.

Logo, essas medidas possibilitaram a criação de uma indústria nacional e tendem a incentivar investimentos internos e externos, aumentar a geração de empregos e o arrecadamento de impostos e, consequentemente, potencializar o interesse de médicos em prescrever e de pacientes em utilizar os produtos derivados da planta.

Inovação em cannabis medicinal

Com estas novas determinações da **Anvisa**, ampliam-se as oportunidades de evolução de áreas como agritechs, indústria química e farmacêutica, análise de dados e tecnologia aplicada ao setor, serviços regulatórios e de validação e, principalmente, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I;).

O mercado de cannabis medicinal é estratégico para o Brasil, tendo em vista que contribui para ampliar o acesso a tratamentos seguros, reduzir a pressão de custos associados à importação, estimular pesquisa, ensaios clínicos, biotecnologia e desenvolvimento de novas formulações, bem como criar capacidade local em cultivo regulado, produção farmacêutica, laboratórios e tecnologia.

Além disso, permite a redução da dependência externa e aumenta a resiliência de abastecimento em um segmento emergente.

No entanto, o desenvolvimento de uma indústria nacional do insumo depende, essencialmente, de

inovação, porque exige a estruturação de pesquisas, novos projetos,**patentes** e protótipos, capacitação de mão de obra, aquisição de equipamentos e tecnologias e de outros fatores que sustentam a base de um novo setor.

Esse, contudo, não é um processo que gera receita de imediato.

Os benefícios atrelados à inovação são registrados somente após a finalização de todas as etapas de P&D;, que podem durar meses ou anos consumindo recursos.

Assim, um dos gargalos na capacidade de inovar diz respeito à não inclusão, por diferentes razões, dos projetos relacionados à cannabis medicinal no orçamento das empresas, o que limita a verba destinada a estas iniciativas.

Contudo, a inovação está diretamente ligada a receita, margem e expansão e é apenas com sua aplicação que os setores habilitarão as ferramentas necessárias para conquistar mercado.

O mercado depende de incentivos

Nesse sentido, apenas a regulamentação da **Anvisa** não estabelece uma base sólida para a estruturação dessa indústria.

Essa lacuna impacta as companhias que buscam adentrar o mercado, que enfrentarão uma competitividade maior das big pharmas ou empresas de maior porte com capital disponível para investimentos milionários.

Consequentemente, observa-se no setor um movimento de alianças entre grandes players e empresas mais especializadas, justamente pela falta de incentivos que permitam às pequenas empresas competir sozinhas.

Em paralelo, devido ao caráter de risco e à baixa base de pesquisas nacionais no segmento, até mesmo empresas de grande porte dependem de recursos externos, seja por investimentos ou financiamento público.

E é nesta questão que os incentivos à inovação têm o potencial de serem protagonistas.

A **Lei do Bem**, por exemplo, engloba etapas básicas de pesquisas genéticas, elaboração de formulações e testes laboratoriais, até validações em escala piloto, assegurando, também, projetos que ao final resultam em insucesso.

Essa política pode reduzir o custo líquido dos dispêndios elegíveis de PD&I;, possibilitando uma diminuição na disparidade com o mercado global de cannabis medicinal e posicionando o país como uma potência, considerando a capacidade agroindustrial e a qualidade científica das pesquisas já desenvolvidas.

Com a utilização de mecanismos de fomento à inovação, o risco financeiro é compartilhado ao longo do projeto, e o retorno passa a ser avaliado com uma melhor relação entre risco e capital empregado.

Além disso, com a obtenção de financiamentos públicos e uma estrutura de funding de qualidade, os prazos de carência e amortização se tornam equivalentes ao ciclo de maturação do projeto.

Esses incentivos criam condições para que projetos tecnologicamente relevantes possam existir, melhorando a viabilidade financeira de projetos relevantes que enfrentam o desafio de equilibrar custo de capital, risco tecnológico e longos ciclos de desenvolvimento.

Portanto, os R$ 9,5 bilhões projetados para 2030 dependem, além da regulamentação, de que empresas nacionais, e não somente as big pharmas e grupos estrangeiros com capital disponível, tenham acesso a mecanismos de fomento que viabilizem pesquisa, ensaios clínicos e capacidade produtiva própria.

Sem instrumentos de incentivo à inovação que reduzam o risco do investimento e se equiparem com o capital estrangeiro, o país corre o risco de repetir a mesma dependência externa que busca superar em outras áreas.

Sendo assim, financiar a inovação, industrialização e soberania em saúde é fundamental para fomentar o crescimento e consolidação do mercado de cannabis medicinal no Brasil.

*Laís Leoncini é engenheira química e Gerente de Negócios do , consultoria especializada na gestão de incentivos fiscais e financiamento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I;).

'Perguntas frequentes'

Quanto o mercado de cannabis medicinal pode movimentar no Brasil até 2030? +

O mercado brasileiro de cannabis medicinal tem potencial de movimentar R$ 1 bilhão em 2026 e

Continuação: O que o Brasil deve fazer para se tornar potência no mercado de cannabis medicinal?

mais de R$ 9,5 bilhões até 2030, segundo a consultoria especializada Kaya Mind. A projeção considera um setor em expansão, impulsionado por mudanças regulatórias e novas oportunidades de desenvolvimento.

O que mudou nas regras da **Anvisa** para cannabis medicinal em 2026? +

A **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (**Anvisa**) aprovou regras que autorizam o cultivo controlado de cannabis para fins medicinais, farmacêuticos e de pesquisas científicas. Segundo o texto, as mudanças também incluem a reclassificação de tarja preta para vermelha, a ampliação do acesso medicinal e a autorização para exportação de insumos farmacêuticos ativos produzidos no Brasil.

Quantos brasileiros utilizam cannabis medicinal? +

Mais de 870 mil brasileiros utilizavam produtos à base de cannabis em 2025, crescimento de 30% em relação a 2024, segundo o Anuário da Cannabis Medicinal 2025. O aumento acompanha a expansão do mercado de tratamentos derivados da planta.

Por que a inovação é importante para a indústria de cannabis medicinal? +

A inovação é essencial para desenvolver pesquisas, **patentes**, protótipos, formulações, ensaios clínicos e tecnologias que sustentem uma indústria nacional de cannabis medicinal. O desenvolvimento exige investimentos de longo prazo, capacitação profissional e estrutura produtiva, sem garantia de retorno financeiro imediato.

Como a **Lei do Bem** pode ajudar empresas do setor de cannabis medicinal? +

A **Lei do Bem** pode reduzir os custos líquidos de projetos elegíveis de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I;), incluindo pesquisas genéticas, formulações, testes laboratoriais e validações em escala piloto. Segundo a análise de Laís Leoncini, o mecanismo também contempla projetos que resultem em insucesso, contribuindo para reduzir o risco financeiro das atividades de inovação.

O que falta para o Brasil se tornar potência em cannabis medicinal? +

Além da regulamentação da **Anvisa**, o Brasil precisa ampliar o acesso das empresas nacionais a incentivos à inovação, financiamentos públicos e recursos para pesquisa, ensaios clínicos e capacidade produtiva própria. A análise de Laís Leoncini defende que esses instrumentos são fundamentais para reduzir a dependência externa e fortalecer a indústria nacional.

Índice remissivo de assuntos

Entidades 2,3,4
Patentes 2,3,4
Propriedade Intelectual 1